

MANIFESTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA: O MÉTODO REMOTO ESTÁ IRREMEDIAMENTE INVIÁVEL

Passadas pouco mais de quinze atividades remotas no componente curricular da educação física, já está claro para nós – professoras e professores, da rede municipal de educação de Curitiba – que este modelo de ensino não atinge as mínimas condições pedagógicas para a nossa disciplina. Está claro, também, que a única saída viável para a educação é garantir a autonomia e o protagonismo das pessoas que estão em relação direta com as crianças, os professores e professoras do chão da escola, assim como o acesso universal aos momentos e eventos dessa relação a todas as crianças.

Vamos ajudá-lxs a compreender o porquê.

Diferente de outros componentes, a educação física parte de um objeto que é produzido coletivamente: não apenas o corpo, como muitas pessoas supõem, mas o corpo em relação, aquilo que compreendemos como **cultura corporal**.

Além disso, e em consonância agora com demais componente curriculares, a relação entre os objetivos de ensino e de aprendizagem, dependem do processo de sistematização dos conteúdos escolares pelos professores e professoras. Ora, fica evidente que a produção do conhecimento fica subordinada, então, ao universo de produção de sentido pela criança. E ninguém mais próximo que o professor e a professora, para perceber e avaliar as situações de aprendizagem que possam oferecer o melhor ambiente, para que aquilo que está sendo trabalhado em aula faça sentido para cada criança.

Eis um primeiro problema: Trabalhar a partir de uma orientação geral dos seus conteúdos - como no caso das atividades remotas – não permite acessar o universo de produção de sentido da criança.

Como resultado disso, percebemos o retorno de uma metodologia da prática pela prática, que esvazia, em muito, as possibilidades e o alcance da educação física na escola.

É possível então melhorar as atividades remotas?

Percebemos que essa atitude seria extremamente irresponsável, pois, como cita o próprio currículo do município, “para além de um ensino que priorize apenas fundamentos técnicos e táticos [...] a educação física tem a **responsabilidade** de trabalhar com os seus saberes em uma perspectiva crítica...” (CURITIBA, 2016).

A proposta curricular do município parte do princípio de que os conteúdos da educação física devem buscar a relação entre corpo, movimento e cultura, nos seus múltiplos contextos de produção. Perceber os processos históricos da constituição das práticas corporais, bem como a socialização dessas práticas, são a pedra fundamental da educação física escolar.

Pela multiplicidade dos seus saberes, diversidade do seu público, e pelas necessidades específicas de cada comunidade escolar, fica impossível aceitar uma prática monolítica e unilateral, pois isso resulta em uma atividade desprovida de diálogo e crítica, logo, sem sentido para a criança. **O que nos leva para um segundo problema:** e as crianças?

Que crianças são essas?

Em quais condições se encontram?

Com quais equipamentos e espaços?

Com o acompanhamento de quem?

Vivemos em um *ново normal*, diante das políticas de isolamento social, o que nos leva a necessidade de novas formas de interação com as nossas crianças. Vimos que uma delas (aquela que se refere ao trabalho remoto) não preenche os procedimentos mínimos de um processo pedagógico, pois não permite ouvir a criança, suas expectativas, seus interesses e suas dificuldades, numa atividade inteiramente individual, que se reflete em si mesma, e não oferece qualquer tipo de cuidado ou retorno.

Já a outra, se refere àquele curto período de interação, em que enviamos e recebemos as atividades preparadas por nós, nas nossas escolas, com vistas a problematizar os processos de aprendizagem dos nossos alunos e alunas no período de isolamento. Esta, ainda que de uma forma limitada, garante algum tipo de interação, que vimos ser essencial no processo educacional, uma vez que na concepção do currículo a educação física deve estar,

preocupada em viabilizar a formação de estudantes autônomos, articulados, capazes de compreender, produzir e relacionar conhecimentos vinculados às manifestações corporais, compreendendo-as como uma práxis social, como uma linguagem (ALMEIDA, 2008), por meio da qual atuará no mundo, ampliando **relações sociais**. (CURITIBA, 2016)

Ainda que, longe do ideal, percebemos que este é o único meio de se aproximar um pouco da proposta do nosso currículo de forma minimamente aceitável, uma vez que somos nós as únicas pessoas que podem garantir a reciprocidade do ensino, dando voz à criança e estabelecendo, através da comunidade escolar, uma conexão entre os saberes para além do chão da escola. No entanto,

dada a especificidade de nossa área de atuação, explicitada no início deste texto, vemos que mesmo esta forma de ensino não chega nem perto daquilo que temos acumulado como horizonte da educação física na escola, dada sua realização estritamente individual, por parte da criança.

Infelizmente, vimos concretizar-se no primeiro dia deste mês uma resolução do Conselho Nacional de Educação que ignora, ou pelo menos menospreza, as preocupações apontadas até aqui. Tal resolução indicou que esse período de atividades remotas poderá equivaler ao calendário escolar regular que nossas crianças têm direito, e enterrou de vez a proposta que preservaria mais fielmente tais princípios educacionais, que seria a suspensão do calendário escolar. Não queremos aqui retomar tal discussão, já derrotada na prática, mas lembrar que ela mostrou-se mais complexa do que parece, por vir sempre acompanhada de outras variáveis, trabalhistas principalmente, o que fez com que vários de nossos colegas concordasse com as atividades remotas.

Assim sendo, entendemos, baseados no próprio currículo da rede municipal, que o trabalho da educação física na escola não pode estar sujeito a um planejamento genérico, formulado com um fim em si mesmo. Ao se colocar distante do seu público, a prática remota ignora as condições de estudo destes alunos e alunas, ao mesmo tempo em que desconsidera as múltiplas possibilidades de produção de conhecimento na área.

A partir das reflexões esboçadas aqui, e dos desdobramentos práticos já ocorridos nos últimos meses, **reivindicamos** o mínimo direito à **autonomia** e ao **protagonismo** na construção das atividades complementares, planejamentos e avaliações de nossas crianças, que devem ocorrer independentemente do que a Secretaria tem disponibilizado nas aulas televisivas. Talvez essa seja a medida básica para que a educação física se mantenha relevante e significativa no contexto escolar, garantido algum acesso a um ensino de qualidade para todas as pessoas, respeitando as mais diversas condições de vida, e tendo a clareza de que, mesmo assim, estaremos apenas nos aproximando um pouco mais do devido acesso universal à educação.

Por fim, acreditamos que as reflexões apresentadas neste manifesto podem balizar questionamentos e ponderações de outras áreas de conhecimento envolvidas no processo de ensino-aprendizagem posto na rede municipal de ensino, e esperamos poder assim fomentar o necessário debate pedagógico com o conjunto do magistério municipal, num momento no qual certamente toda a escola, e suas práticas têm sido postas à prova.

Subscvem esse manifesto as professoras e professores abaixo listados:

Adriana Caroline Pansolin [EM Professor Darcy Ribeiro]
Ana Paula Henklein Kutianski [EM Lapa]
Angela Cristina Batista [EM Pedro Viriato Parigot de Souza]
Arthur Zwolinski Prats [EM Albert Schweitzer]
Carine Ferreira Costa [EM Eneas Faria]
Caroline Cunha Moura [EM Linneu Ferreira do Amaral]
Caroline Francye Rosa de Freitas Dvoiaski [EM CEI Ulysses Silveira Guimarães]
Cris Teixeira da Silva [EM Mirazinha Braga]
Cristiane Franco da Silva [EM Ver. Lais Peretti]
Déborah Helenise Lemes de Paula [EM Nossa Senhora da Luz dos Pinhais]
Emmanuelle Olga Félix Munarim Hauser Santos [EM Dona Lulu]
Eumar André Köhler [EM Maria Clara Tesserolli]
Evelyn Andressa Gavioli da Silva [EM Leonel Brizola]
Felipe Sobczynski Gonçalves [EM Foz do Iguaçu]
Flavia Ihorana [EM Osvaldo Arns]
Franciele da Silva Santiago [EM Maringá]
Gabriel Conte [SISMMAC]
Gabriela Dallago [EM CEI Ritta Anna de Cassia]
Heloisa Vieira Fernandes [EM São Miguel]
Henrique dos Reis Oliveira [EM Osvaldo Arns]
Hiderson Marciano [EM Albert Schweitzer]
João Antonio Rufato [Licença para estudo]
Juliana Tanaka [EM Monsenhor Boleslau Falarz]
Liliane Tsumanuma [EM CAIC Cândido Portinari]
Luciane Maria Barbosa da Silva [EM Tanira Regina Schmidt]
Luciano Portes de Souza [EM Monsenhor Boleslau Falarz]
Maria Claudia Pykosz de Oliveira Arndt Araújo [EM Dos Vinhedos]
Marco Antonio Barbosa Mafra [EM Leonel Brizola]
Mariana Navarro [EM Madre Antônia]
Mauricio Priess da Costa [EM Rolândia]
Michaela Camargo [EM Paulo Rogério Guimarães Esmanhoto]
Michele Rodrigues dos Santos [EM Araucária]
Miguel Ferreira da Cunha [EM Madre Teresa de Calcutá]

Patrícia Argenton [EM Prof. Erasmo Pilotto]
Paulo Roberto Zanon Franco de Macedo [EM Castro / EM Maria de Lourdes Pegoraro]
Paulo Robson Duarte Barbosa [EM Maria Clara Tesseroli]
Pedro De Alcântara Pereira Neto [EM Paulo Freire]
Priscila de Fatima Portela dos Santos [EM Madre Teresa de Calcutá]
Rafael Alencar Furtado [EM João Cruciani]
Thayana Ribeiro [EM Sônia Kenski]
Thiago Felipe Sebben [EM CEI José Lamartine]
Vanessa Schivinski Mamoré [EM Madre Teresa de Calcutá]
Wagner Hauer Argenton [SISMMAC]